O PAPEL DO FARMACÊUTICO NA PREVENÇÃO DA AUTOMEDICAÇÃO INDEVIDA COM DIPIRONA E PARACETAMOL

THE ROLE OF THE PHARMACIST IN PREVENTING IMPROPER SELF-MEDICATION WITH DIPYRONE AND PARACETAMOL

1º autor(a) – Alisson Leal Prado
Estudante de Bacharelado em Farmácia pelo Centro Universitário de Tecnologia de Curitiba (UNIFATEC)
Instituição: Centro Universitário de Tecnologia de Curitiba (UNIFATEC)
Endereço: 449, R. Itacolomi, Portão, Curitiba - PR, CEP: 81070-150
E-mail: alissonprado170596@gmail.com

Orientador(a) – Alessandra Novais Bassetto Berton
Doutora em Química pela Universidade Federal do Paraná Instituição: Centro Universitário de Tecnologia de Curitiba (UNIFATEC)
Endereço: R. Itacolomi, 450. Portão, Curitiba - PR, CEP: 81070-150
E-mail: alessandra.berton@unifatecpr.com.br

RESUMO

A automedicação com medicamentos isentos de prescrição, especialmente dipirona e paracetamol, é uma prática frequente na população brasileira e pode trazer riscos à saúde quando realizada de forma inadequada. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo discutir o papel do farmacêutico na orientação e promoção do uso racional desses medicamentos na farmácia comunitária. Trata-se de uma revisão da literatura baseada em artigos científicos, resoluções do Conselho Federal de Farmácia e documentos oficiais relacionados à automedicação e à atenção farmacêutica. Os resultados demonstraram que fatores como facilidade de acesso aos medicamentos, dificuldade no acesso aos serviços de saúde e influência social favorecem a automedicação. Além disso, evidenciou-se a importância da atuação do farmacêutico na identificação de riscos e na orientação quanto ao uso seguro da dipirona e do paracetamol. Concluiu-se que o farmacêutico exerce papel fundamental na prevenção do uso inadequado de medicamentos e na promoção da saúde.

Palavras-chave: automedicação, atenção farmacêutica, dipirona, paracetamol, uso racional de medicamentos.

ABSTRACT

Self-medication with over-the-counter drugs, especially dipyrone and paracetamol, is a frequent practice among the Brazilian population and may pose health risks when used improperly. In this context, the present study aimed to discuss the role of pharmacists in guiding and promoting the rational use of these medications in community pharmacies. This is a literature review based on scientific articles, resolutions of the Federal Pharmacy Council, and official documents related to self-medication and pharmaceutical care. The

results showed that factors such as easy access to medicines, difficulties in accessing health services, and social influence contribute to self-medication. Furthermore, the importance of the pharmacist's role in identifying risks and providing guidance on the safe use of dipyrone and paracetamol was highlighted. It is concluded that pharmacists play a fundamental role in preventing inappropriate medication use and promoting public health.

Keywords: self-medication, pharmaceutical care, dipyrone, paracetamol, rational use of medicines.

1.INTRODUÇÃO

A automedicação é muito discutida no mundo farmacêutico, sendo uma prática bastante comum, vivenciada por diversas civilizações, cada uma com suas peculiaridades. A automedicação, entendida como o uso inadequado de medicamentos sem orientação profissional, pode trazer consequências indesejáveis ao paciente e, além disso, mascarar problemas de saúde subjacentes. A falta de conhecimento da população em geral, a ausência de orientações adequadas por parte dos profissionais e o difícil acesso aos serviços de saúde contribuem para a prática da automedicação (Arrais et al.,1997, p.72).

Outro fator importante que contribui para a automedicação são as inúmeras propagandas de medicamentos isentos de prescrição veiculadas na mídia. Mesmo que essas campanhas recomendem a busca por orientação médica ou farmacêutica, muitas pessoas acabam ignorando tais advertências. Além disso, muitos usuários mantêm uma 'farmacinha' em casa, com medicamentos dos quais muitas vezes nem lembram mais a finalidade ou que já estão vencidos devido ao longo tempo desde a aquisição (Arrias et al.,2016, p.2).

Este trabalho de conclusão de curso tem como principal objetivo auxiliar os farmacêuticos na orientação quanto ao uso inadequado de medicamentos isentos de prescrição médica, com ênfase na dipirona e no paracetamol, visto que esses medicamentos são amplamente utilizados pela população e possuem baixo custo. Para isso, é fundamental compreender como a dipirona e o paracetamol atuam no organismo, bem como os riscos associados ao uso indiscriminado desses medicamentos.

Conforme estabelecido pela Lei nº 13.021/2014, o farmacêutico tem a responsabilidade de atuar na promoção do uso racional de medicamentos, assegurando a orientação adequada e contribuindo para a proteção da saúde da população. (Brasil, 2014, art.10°). Com isso em mente, a motivação em analisar estratégias para orientar

corretamente os usuários desses medicamentos é muito importante, prevenindo situações de uso inadequado, como doses elevadas, indicações incorretas ou administração em casos de alergia.

1.1 OBJETIVO GERAL

Discutir o papel do farmacêutico na orientação e promoção do uso racional da dipirona e do paracetamol, enfatizando sua atuação na prevenção da automedicação inadequada e na promoção da saúde dentro da farmácia comunitária.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os principais fatores que levam a população à prática da automedicação com medicamentos isentos de prescrição, especialmente a dipirona e o paracetamol.
- Descrever os mecanismos de ação, indicações terapêuticas e possíveis riscos associados ao uso inadequado desses fármacos.
- Analisar a importância da atuação do farmacêutico na orientação e no incentivo ao uso racional de medicamentos.

1.3 JUSTICATIVA

A escolha do tema surgiu a partir da observação, na prática em farmácia, do uso frequente de dipirona e paracetamol sem orientação adequada. Diante disso, o trabalho busca discutir o papel do farmacêutico nesse cenário, evidenciando sua importância na orientação e na prevenção de riscos relacionados ao uso desses medicamentos.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 FATORES ASSOCIADOS À PRÁTICA DA AUTOMEDICAÇÃO

A automedicação é uma prática comum na população e envolve diferentes fatores que influenciam o comportamento dos indivíduos em relação ao uso de medicamentos. Ainda persistem dificuldades no acesso aos serviços de saúde, como a demora no atendimento e a qualidade insatisfatória, tanto na rede pública quanto na privada, o que contribui para a busca por alternativas mais rápidas por parte da população. Nesse contexto, diversos fatores favorecem a prática da automedicação, incluindo a ampla divulgação de medicamentos na mídia, o hábito de manter estoques de remédios em casa e a crença de que os medicamentos são capazes de resolver a maioria dos problemas de saúde (Arrais et al., 2016).

A automedicação com fármacos como dipirona e paracetamol está diretamente relacionada à facilidade de acesso, uma vez que esses medicamentos são amplamente disponíveis sem a necessidade de prescrição, o que incentiva seu uso por iniciativa própria. Além disso, a percepção de que sintomas como dor e febre são simples e autolimitados leva os indivíduos a buscarem alívio imediato, muitas vezes baseados em experiências prévias positivas (de Alcantara; de Andrade, 2022).

Soma-se a isso a influência social, como recomendações de familiares, amigos e informações obtidas na internet, que nem sempre possuem embasamento científico, aumentando os riscos do uso inadequado. Assim, fatores como dificuldades de acesso aos serviços de saúde, custos com consultas e busca por praticidade contribuem para que a automedicação seja vista como uma solução acessível, porém potencialmente arriscada (Arrais et al.,1997).

Diante desse cenário, torna-se fundamental compreender esses fatores para fortalecer estratégias de orientação em saúde, especialmente a atuação do farmacêutico, visando promover o uso racional de medicamentos e reduzir os riscos associados à automedicação (Freitas; Ramalho -de Oliveira; Perini, 2006).

2.1.1 Como Agem os Medicamentos

Para que um fármaco exerça sua ação, ele precisa interagir quimicamente com componentes específicos da célula, de modo a desencadear uma resposta farmacológica. Não basta que o fármaco circule livremente pelo organismo, pois este já possui um imenso número de moléculas próprias, tornando mínima a probabilidade de o medicamento encontrar e interagir ao acaso com a molécula correta. Por isso, o fármaco precisa apresentar afinidade por um alvo específico, ou seja, capacidade de se ligar de forma seletiva a ele. Ao se ligar ao seu alvo, o fármaco é capaz de modificar a função celular, desencadeando o efeito terapêutico desejado, como aliviar a dor ou reduzir a febre, por exemplo. De modo geral, os fármacos exercem sua ação ao se ligar a quatro tipos principais de moléculas no organismo: receptores, enzimas, proteínas transportadoras e canais iônicos. Além disso, diversos fármacos podem se ligar a proteínas plasmáticas ou a outras proteínas teciduais, porém, em muitos casos, essa interação não resulta em efeitos fisiológicos significativos (Rang et al., 2020).

Para um fármaco exercer efeito internamente, precisam atravessar a membrana plasmática, cuja bicamada lipídica permite a passagem de moléculas apolares e influencia a absorção, distribuição e eliminação dos medicamentos (Lüllmann et al., 2016, p.36).

2.1.1.1 Distribuição no organismo

Para que um fármaco seja absorvido, ele precisa atravessar a pele ou mucosas antes de chegar à corrente sanguínea. Na absorção enteral, o fármaco atravessa o epitélio intestinal, formado por uma única camada de enterócitos com microvilosidades que aumentam a superfície de absorção, e por células caliciformes que produzem muco. As células estão unidas por zônulas de oclusão, que controlam a passagem de substâncias. As zônulas de oclusão, ou junções estreitas, são regiões onde as membranas de células vizinhas se unem por proteínas integrais, formando uma barreira contínua que controla a passagem de substâncias. Além disso, ajudam a manter a organização das proteínas de membrana em regiões específicas da célula, como apical ou basolateral (Lüllmann et al., 2016, p.40-46).

Os fármacos podem ser absorvidos por via enteral quando suas características físico-químicas permitem a passagem através da região lipofílica da membrana celular ou

quando utilizam mecanismos de transporte disponíveis para atravessar a célula. Nos tratos respiratório e oral, as células epiteliais formam barreiras contínuas que limitam a passagem de substâncias. No epitélio intestinal e respiratório, as zônulas de oclusão selam os espaços entre as células, enquanto na mucosa oral e na pele, a barreira é formada por camadas de lipídeos extracelulares. Dessa forma, apenas fármacos lipofílicos conseguem atravessar essas barreiras, sendo a absorção influenciada pela espessura do epitélio (Lüllmann et al., 2016, p.40-46).

Após a absorção, os fármacos são transportados pela corrente sanguínea até os tecidos. A distribuição pode ocorrer apenas no espaço extracelular ou também atingir o interior das células. Alguns fármacos se ligam fortemente aos tecidos, reduzindo rapidamente a concentração plasmática inicial, mesmo antes de serem eliminados. Após a distribuição sanguínea, as macromoléculas permanecem principalmente no espaço vascular, devido à dificuldade de atravessar a barreira sangue-tecido. Fármacos com alta afinidade por proteínas plasmáticas também se concentram nesse compartimento. Apenas a fração livre do fármaco consegue sair da circulação, e a facilidade de passagem varia conforme a estrutura dos capilares em diferentes regiões do organismo (Lüllmann et al., 2016, p.40-46).

A distribuição dos fármacos depende da capacidade de atravessar membranas celulares. Fármacos hidrofílicos não penetram nas células e permanecem no espaço extracelular, enquanto fármacos lipofílicos atravessam as membranas e podem se distribuir de forma mais uniforme pelos líquidos corporais (Lüllmann et al., 2016, p.40 46).

2.2 PARACETAMOL

O paracetamol é um dos medicamentos mais utilizados no tratamento da dor leve e da febre, destacando-se por seus efeitos analgésicos e antipiréticos, mas sem ação anti-inflamatória significativa. Diferente de outros AINEs, não costuma causar irritação gástrica ou sangramentos. Sua ação está associada à inibição fraca da ciclo-oxigenase no sistema nervoso central e à ativação do receptor TRPA1 por metabólitos ativos. É bem absorvido por via oral, apresenta meia-vida plasmática de cerca de 3 horas e é eliminado principalmente pela urina. Apesar de seguro em doses terapêuticas, a superdosagem pode causar grave lesão hepática, muitas vezes fatal (Rang et al., 2020).

2.3 DIPIRONA

A dipirona é um medicamento amplamente conhecido e utilizado pela população brasileira por sua ação eficaz como analgésico e antitérmico, sendo facilmente adquirida sem prescrição médica. Apesar de sua efetividade no alívio de dores e febres, o uso inadequado pode provocar efeitos adversos, como reações alérgicas, alterações cardíacas e, em casos mais graves, agranulocitose e síndromes como Lyell e Stevens-Johnson (Garcez, 2018).

A dipirona atua inibindo a síntese de prostaglandinas, substâncias envolvidas na dor leve a moderada, reduzindo assim a vasodilatação e a permeabilidade dos vasos sanguíneos. Seu efeito analgésico e anti-inflamatório decorre tanto da diminuição periférica das prostaglandinas e do óxido nítrico quanto de sua ação central, que potencializa neurotransmissores como serotonina, endorfinas e encefalinas, promovendo um alívio mais eficaz da dor e da inflamação (Queiroz et al., 2013; Gomes et al., 2020).

Apesar de não ser um inibidor clássico da ciclo-oxigenase (COX), a dipirona reduz a produção de prostaglandinas por meio de uma leve inibição das enzimas COX-1 e COX-2. Além disso, estimula os sistemas opioide endógeno e endocanabinoide, fortalecendo os mecanismos naturais de controle da dor. Essa combinação de ações, incluindo efeitos centrais e periféricos, explica sua eficácia analgésica e antipirética distinta de outros anti-inflamatórios (Stromer et al., 2022).

2.4 ATENÇÃO FARMACÊUTICA

A atenção farmacêutica corresponde a uma área da prática profissional do farmacêutico voltada ao cuidado direto ao paciente. Nesse contexto, a Atenção Farmacêutica abrange um conjunto de ações desenvolvidas pelo farmacêutico, incluindo desde atividades tradicionais, como a dispensação e a orientação ao paciente, até práticas voltadas à educação em saúde (Freitas; Ramalho -de Oliveira; Perini, 2006).

Esta pode ser vista como uma das principais formas do farmacêutico aplicar seu conhecimento na prática, contribuindo diretamente para a sociedade, principalmente na redução de problemas e mortes relacionados ao uso de medicamentos. O farmacêutico destaca-se como um dos profissionais mais acessíveis à população, sendo frequentemente

o último contato antes do uso do medicamento, o que reforça sua responsabilidade na orientação e promoção do uso racional (CFF, 2013).

A preocupação do farmacêutico com o paciente, bem como, o interesse em compreender sua experiência com a doença e com o uso de medicamentos, pode diferenciar esse profissional dos demais, tornando sua atuação mais humanizada no cuidado à saúde. O profissional deve ir além do suporte técnico, demonstrando sensibilidade para entender a perspectiva do paciente, ouvir suas queixas e, junto com ele, buscar alternativas que melhor se adequem à sua realidade, contribuindo para uma experiência mais positiva com o uso de medicamentos (Freitas; Ramalho -de Oliveira; Perini, 2006).

Na atenção farmacêutica, cuidar também envolve incentivar o paciente a participar do próprio cuidado. Isso exige uma relação colaborativa, em que tanto o farmacêutico quanto o paciente atuam de forma ativa, considerando que as necessidades individuais de cada pessoa são o que orienta essa prática profissional. Para isso, a relação terapêutica deve ser baseada em empatia, confiança, honestidade, cooperação, sensibilidade e sigilo. Esse vínculo facilita a obtenção de informações importantes do paciente, permite que o profissional contribua de forma positiva nas decisões sobre a farmacoterapia e possibilita aprendizado a partir dessa interação (Freitas; Ramalho -de Oliveira; Perini, 2006).

O farmacêutico deve oferecer uma assistência de forma equitativa, assegurando que todos os pacientes recebam o mesmo nível de cuidado, sem distinção relacionada à condição clínica, características pessoais ou fatores socioeconômicos (CFF, 2013).

O processo de acompanhamento tem início com a coleta de informações que permitam uma compreensão mais completa do paciente, incluindo o motivo da consulta, características pessoais, histórico de saúde, uso atual e anterior de medicamentos e hábitos de vida. A partir desses dados, o farmacêutico realiza uma análise estruturada da farmacoterapia, com o objetivo de verificar se as necessidades do paciente estão sendo atendidas e identificar possíveis problemas relacionados ao uso de medicamentos, tanto os já existentes quanto aqueles que podem ser prevenidos. Para essa avaliação, o farmacêutico segue um raciocínio clínico estruturado, analisando a farmacoterapia de forma sequencial. Inicialmente, verifica se o medicamento é realmente indicado para a condição apresentada. Em seguida, avalia se o tratamento é eficaz para alcançar o resultado esperado. Depois, considera a segurança do uso, observando possíveis riscos ou

efeitos adversos. Somente após essas etapas é que analisa a adesão do paciente ao tratamento proposto (Silva; Andrade; Baiense, 2023).

Dessa forma, a atenção farmacêutica consolida-se como uma prática essencial para a promoção do uso racional de medicamentos, contribuindo diretamente para a segurança do paciente e para a qualidade da assistência em saúde (Mota et al., 2024).

2.4.1 Atenção Farmacêutica na automedicação

Os medicamentos isentos de prescrição (MIPs), também conhecidos como medicamentos de venda livre, são aqueles liberados pelas autoridades de saúde para o tratamento de sintomas e condições de menor gravidade, podendo ser adquiridos sem a necessidade de receita médica. Seu uso deve seguir as orientações presentes na bula e na rotulagem. Esses medicamentos são comumente utilizados para situações como dores de cabeça e musculares, febre, azia, problemas gástricos, constipação, diarreia, congestão nasal, tosse, fadiga, além de algumas condições dermatológicas (FREITAS et al., 2017).

Quando utilizados de forma correta, os MIPs podem fazer parte do autocuidado, contribuindo para o uso consciente de medicamentos. No entanto, esse uso só é seguro quando o paciente recebe orientação adequada, especialmente do farmacêutico. Nesse cenário, a atuação desse profissional na indicação e na prescrição desses medicamentos torna-se fundamental, garantindo que o paciente utilize o medicamento de maneira correta e com menor risco (de Alcantara; de Andrade, 2022).

O uso desses medicamentos sem orientação adequada pode trazer diversos riscos à saúde, como agravamento de doenças, atraso no diagnóstico correto, possibilidade de dependência, intoxicações, reações alérgicas e outros efeitos adversos. Além disso, o uso incorreto pode levar a complicações mais graves, como hemorragias, lesões hepáticas associadas ao paracetamol e alterações hematológicas, como aplasia de medula e anemia hemolítica, relacionadas ao uso inadequado da dipirona (de Alcantara; de Andrade, 2022).

A atuação do farmacêutico na indicação de medicamentos isentos de prescrição deve ser pautada na promoção do uso racional, evitando a automedicação inadequada. Para isso, é fundamental a realização de uma avaliação inicial do paciente, incluindo a identificação dos sintomas, histórico de saúde e uso de outros medicamentos (CFF, 2013).

Com base nessas informações, o profissional pode orientar quanto à escolha mais adequada, como no caso da dipirona e do paracetamol, considerando suas indicações, contraindicações e perfil de segurança (Mota et al., 2024).

Além disso, cabe ao farmacêutico esclarecer sobre posologia, tempo de uso e possíveis riscos, bem como reconhecer sinais de alerta que indiquem a necessidade de encaminhamento ao médico. Dessa forma, sua atuação contribui para a redução de problemas relacionados ao uso de medicamentos e para a segurança do paciente (Silva; Andrade; Baiense, 2023).

3. METODOLOGIA

A pesquisa realizada foi de natureza qualitativa e exploratória, com o objetivo de analisar o papel do farmacêutico na prevenção da automedicação indevida com dipirona e paracetamol.

O trabalho foi desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica, utilizando artigos científicos, livros, documentos oficiais e legislações relacionadas ao tema. As buscas foram realizadas nas bases de dados SciELO e Google Acadêmico, utilizando termos específicos como automedicação, uso racional de medicamentos, atenção farmacêutica, dipirona, paracetamol e atuação farmacêutica.

Foram analisadas publicações entre os anos de 1997 e 2024, incluindo estudos considerados importantes para o entendimento da automedicação no Brasil e pesquisas mais recentes sobre os riscos do uso da dipirona e do paracetamol, bem como sobre a atuação do farmacêutico na promoção do uso racional de medicamentos.

Após a seleção, os materiais foram lidos e analisados de forma descritiva e interpretativa, permitindo discutir os principais aspectos relacionados à automedicação e destacar a importância da atuação farmacêutica na orientação dos pacientes e na promoção do uso seguro dos medicamentos.

4. DESENVOLVIMENTO

4.1 ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO NA FARMÁCIA COMUNITÁRIA

A farmácia comunitária configura-se como um importante ponto de atenção à saúde, sendo frequentemente o primeiro local procurado pela população diante de

sintomas leves e da necessidade de medicamentos. Nesse contexto, o farmacêutico destaca-se como um dos profissionais de saúde mais acessíveis, assumindo papel fundamental na orientação ao paciente e na promoção do uso racional de medicamentos (Silva; Andrade; Baiense, 2023).

A atuação do farmacêutico no ambiente da farmácia vai além da simples dispensação, envolvendo a escuta ativa, a identificação das necessidades do paciente e a oferta de orientações seguras e individualizadas. Essa prática contribui para a prevenção de problemas relacionados ao uso de medicamentos, como reações adversas, interações medicamentosas e uso inadequado (Freitas; Ramalho -de Oliveira; Perini, 2006).

Além disso, no que se refere aos medicamentos isentos de prescrição, o farmacêutico exerce papel essencial na avaliação da queixa do paciente, na indicação responsável e na orientação quanto à posologia, duração do tratamento e possíveis riscos. Essa atuação é indispensável para garantir que a automedicação ocorra de forma segura e consciente, reduzindo danos à saúde e promovendo melhores resultados terapêuticos (Mota et al., 2024).

A prática da orientação farmacêutica também está diretamente relacionada à educação em saúde, uma vez que o profissional contribui para o aumento do conhecimento do paciente sobre sua condição e sobre o uso correto dos medicamentos. Dessa forma, fortalece-se a autonomia do indivíduo no cuidado com a própria saúde, sem comprometer a segurança do tratamento (Mota et al., 2024).

Nesse cenário, a atuação do farmacêutico na farmácia comunitária consolida-se como uma estratégia essencial para a promoção da saúde e prevenção de agravos, evidenciando a importância desse profissional no cuidado direto ao paciente e na qualificação da assistência em saúde (Silva; Andrade; Baiense, 2023).

4.2 PROTOCOLO DE ORIENTAÇÃO FARMACÊUTICA PARA DIPIRONA E PARACETAMOL

No atendimento em farmácia comunitária, quando o paciente solicita dipirona ou paracetamol, o farmacêutico deve iniciar a abordagem com perguntas diretas que permitam identificar a real necessidade do uso do medicamento. É fundamental questionar o que o paciente está sentindo, se trata de dor ou febre, qual a localização e intensidade do sintoma, além de investigar há quanto tempo ele está presente e se já houve

episódios semelhantes. Essas informações são essenciais para avaliar a conduta adequada no momento do atendimento (CFF, 2013).

Na sequência, o farmacêutico deve investigar se o paciente já utilizou algum medicamento para o mesmo problema e se houve melhora dos sintomas. Também é importante levantar dados sobre o histórico de saúde, incluindo presença de doenças, uso contínuo de medicamentos e possíveis alergias. Além disso, deve-se questionar hábitos como o consumo recente de álcool, uma vez que esses fatores podem interferir na segurança do uso da dipirona e do paracetamol (Rang et al., 2020).

Com base nessas informações, o farmacêutico deve avaliar se a situação pode ser conduzida com o uso de medicamentos isentos de prescrição ou se há necessidade de encaminhamento ao médico. Em casos de sintomas leves e de curta duração, é possível orientar o uso de MIPs, no entanto, situações com sintomas persistentes, intensos ou sem causa definida devem ser encaminhadas para avaliação médica (CFF, 2013).

Na escolha do medicamento, o farmacêutico deve orientar de forma prática e objetiva, considerando que o paracetamol é indicado para dor leve a moderada e febre, enquanto a dipirona pode ser utilizada em casos de dor mais intensa ou febre. Essa decisão deve sempre levar em conta as condições individuais do paciente, garantindo maior segurança no uso do medicamento (de Alcantara; de Andrade, 2022).

Durante a orientação, é indispensável explicar ao paciente como utilizar corretamente o medicamento, informando a dose adequada, o intervalo entre as administrações e o tempo máximo de uso sem avaliação médica. Além disso, o farmacêutico deve reforçar a importância de não ultrapassar a dose recomendada e evitar o uso prolongado sem orientação profissional (Mota et al., 2024).

O farmacêutico também deve alertar sobre possíveis riscos e sinais de atenção, como reações alérgicas, falta de melhora dos sintomas ou agravamento do quadro clínico. Caso o paciente relate ter feito uso em doses superiores às recomendadas, deve-se orientar a suspensão imediata do medicamento, avaliar a presença de sintomas como náuseas, vômitos ou mal-estar e encaminhar para atendimento médico, especialmente em casos envolvendo paracetamol, devido ao risco de toxicidade hepática (FREITAS et al., 2017).

Por fim, é fundamental orientar o paciente a procurar atendimento médico caso os sintomas persistam, piorem ou surjam reações adversas. Essa conduta fortalece o acompanhamento farmacêutico e contribui para a segurança do paciente no uso de medicamentos (Silva; Andrade; Baiense, 2023).

5. CONCLUSÕES

A automedicação é uma prática amplamente presente no cotidiano da população brasileira, especialmente com o uso de medicamentos isentos de prescrição, como dipirona e paracetamol. A facilidade de acesso a esses medicamentos, associada à demora no atendimento dos serviços de saúde, à influência de familiares, amigos e informações obtidas na internet, favorece o uso por iniciativa própria, muitas vezes sem orientação adequada. Apesar de serem medicamentos considerados seguros quando utilizados corretamente, seu uso indiscriminado pode causar consequências importantes à saúde, como intoxicações, reações adversas, mascaramento de sintomas e agravamento de doenças.

Diante desse cenário, o farmacêutico assume papel essencial na promoção do uso racional de medicamentos, principalmente no ambiente da farmácia comunitária, onde frequentemente representa o primeiro contato do paciente com um profissional de saúde. A atuação farmacêutica no balcão vai além da simples dispensação, envolvendo a escuta do paciente, a avaliação dos sintomas, a identificação de fatores de risco e a orientação quanto ao uso correto dos medicamentos. Essas ações contribuem para maior segurança do paciente e para a prevenção de problemas relacionados à automedicação.

Além disso, a atenção farmacêutica fortalece a educação em saúde, permitindo que o paciente compreenda melhor os riscos e benefícios relacionados ao uso de medicamentos. A orientação adequada sobre dose, intervalo entre administrações, tempo de uso e sinais de alerta é fundamental para evitar o uso inadequado da dipirona e do paracetamol, promovendo um tratamento mais seguro e eficaz.

Portanto, concluiu-se que a atuação do farmacêutico é indispensável no combate ao uso indiscriminado de medicamentos e na promoção da saúde da população. O desenvolvimento de práticas de orientação farmacêutica no balcão da farmácia contribui diretamente para a redução dos riscos associados à automedicação, reforçando a importância desse profissional no cuidado direto ao paciente e na promoção do uso racional de medicamentos.

6. REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Camilla Gomes da Silva de; ANDRADE, Leonardo Guimarães de. Atenção farmacêutica na automedicação de MIPs. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 638-645, mar. 2022.

ARRAIS, P. S. D. et al. Automedicação no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 71–77, 1997.

ARRAIS, P. S. D. et al. Automedicação e o uso de medicamentos isentos de prescrição: um desafio para a saúde pública. *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas*, v. 52, n. 2, p. 1–8, 2016.

BRASIL. Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014. Dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 ago. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). Resolução nº 586, de 29 de agosto de 2013. Regulamenta a prescrição farmacêutica e dá outras providências. Brasília, DF: CFF, 2013.

FREITAS, E. L. de; RAMALHO-DE OLIVEIRA, D.; PERINI, E. Atenção farmacêutica: teoria e prática. *Acta Farmacéutica Bonaerense*, v. 25, n. 3, p. 447-453, 2006.

FREITAS, Jhonattas Alexandre Barbosa; FONTELES, Marta Maria de França; LIMA, Matheus Eugênio de Sousa; BACHUR, Tatiana Paschoalette Rodrigues; CARVALHO, Teresa Maria de Jesus Ponte. Medicamentos isentos de prescrição: perfil de consumo e os riscos tóxicos do paracetamol. *Revinter*, v. 10, n. 3, p. 134-154, out. 2017.

GARCEZ, F. C. Reações adversas graves associadas ao uso da dipirona: revisão integrativa. *Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde*, v. 9, n. 3, p. 45–52, 2018.

GOMES, E. R. et al. Avaliação dos efeitos adversos e da eficácia analgésica da dipirona: revisão narrativa. *Revista Interdisciplinar de Ciências Médicas*, v. 4, n. 2, p. 22–31, 2020.

LÜLLMANN, H. et al. *Farmacologia*. 18. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

MOTA, A. et al. A atuação do farmacêutico na orientação e impactos do uso indevido de medicamentos isentos de prescrição em farmácias. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 6, n. 11, p. 566-583, 2024.

QUEIROZ, J. C. F. et al. Dipirona sódica: mecanismo de ação e segurança. *Revista Brasileira de Medicina*, v. 70, n. 10, p. 45–49, 2013.

RANG, H. P. et al. *Farmacologia*. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2020.

SILVA, Gisele Luiz Manoel da; ANDRADE, Leonardo Guimarães de; BAIENSE, Alex Sandro Rodrigues. Atuação do farmacêutico clínico em farmácia comunitária. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, São Paulo, v. 9, n. 4, p. 1589-1600, abr. 2023.

STRÖMER, R. S. et al. Mecanismos de ação e novas perspectivas sobre a dipirona. *Frontiers in Pharmacology*, v. 13, p. 112–121, 2022.